

## RETÓRICA, POLÍTICA E EDUCAÇÃO: O SIGNIFICADO EDUCATIVO DO 31 DE MARÇO, DE CARLOS FREDERICO MACIEL (CRPE-RECIFE)<sup>1</sup>

LUCIANO MENDES DE FARIA FILHO

Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), Belo Horizonte, Minas Gerais, Brasil

RAYLANE ANDREZA DIAS NAVARRO BARRETO

Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), Recife, Pernambuco, Brasil

---

**RESUMO:** Neste artigo, tomamos como fonte e objeto de análise o discurso/texto “O Significado Educativo do 31 de março” do Professor pernambucano e anticomunista Carlos Frederico Maciel, naquela época Diretor da Divisão de Estudos e Pesquisas Educacionais do Centro Regional de Pesquisas Educacionais do Recife (CRPE-Recife). Aliando elementos da análise do discurso de Orlandi (2009) com a operação historiográfica de Certeau (2011) e a partir de uma experiência singular, buscamos mostrar a mobilização de intelectuais para a legitimação do Golpe de 1964 bem como, neste processo, como a ideologia autoritária era transmitida na escola primária.

**PALAVRAS-CHAVES:** Intelectuais e Educação; História da Educação; Pernambuco; Ditadura Civil-Militar.

---

### INTRODUÇÃO

No segundo semestre de 2023, enquanto um dos autores deste texto desenvolvia uma pesquisa sobre a atuação e as articulações latino-americanas do Centro Regional de Pesquisas Educacionais do Recife (CRPE-Recife)<sup>2</sup> ocorridas durante a gestão de Gilberto Freyre (1957-1969) e a outra acompanhava as discussões em torno do nome do auditório do Centro de Educação da Universidade Federal de Pernambuco e desenvolvia pesquisa sobre a formação política de mulheres no período (BARRETO, 2024), foi encontrado, no acervo documental sob a guarda da Fundação Joaquim Nabuco, um pequeno volume, impresso e encadernado, intitulado *O significado educativo do 31 de março*. (Centro..., 1965).

O livreto de 25 páginas, que trazia na capa o título e as informações institucionais, sem atribuição de autoria, como se pode ver abaixo, foi publicado, em 1965, pelo Centro Regional de Pesquisa Educacionais do Recife (CRPE/Recife). Folheando-o, vimos que trazia três partes: um pequeno artigo de Gilberto Freyre, então Diretor do Centro; um desenho infantil; e um texto mais longo, de autoria de Carlos Frederico Maciel, na época Diretor da Divisão de Estudos e Pesquisas Educacionais do referido centro. Este último também tinha sido seu Diretor da Divisão de Aperfeiçoamento do Magistério bem como seu Vice-Diretor.

Figura 1 – Capa do livreto



Fonte: Fundação Joaquim Nabuco

No referido livreto, informa-se que o artigo de Gilberto Freyre, intitulado “As crianças como mestres de civismo”, fora publicado, inicialmente, no Diário de Pernambuco em 11 de abril de 1965. Na edição do Centro, ele serve como apresentação do texto de Carlos Frederico Maciel. Em seu artigo, o sociólogo pernambucano chama a atenção para o “silêncio dos jornais” acerca das atividades de comemoração do 31 de março, realizadas no âmbito do CRPE-Recife, a partir do entendimento de que “criança também é gente. E gente merecedora, por vezes, da melhor atenção dos grandes” (Freyre, 1965, p. 5). Em seguida reclama que

[...] é pena que o critério do que seja informação de interesse público, ora em vigor em grande parte da imprensa brasileira [...] não lhe permita dispensar atenção a essas, segundo esse critério, “insignificâncias”. Acontecimentozinhos infantis. (Freyre, 1965, p.6-7).

E arremata que os “adultos que intoxicados daquele ‘nacionalismo’, poderiam e até deveriam receber lições como que de higiene: higiene cívica.” (Freyre, 1965, p. 7).

Como se vê, Freyre retoma, aqui, duas facetas importantes de sua obra: a compreensão da educação como elemento presente nas relações sociais e não apenas na escola, e as crianças como sujeitos na história (Oliveira, 2011), as quais podem, inclusive, educar os adultos.

A quais “acontecimentozinhos infantis” se refere Freyre naquele preciso momento? Trata-se de uma grande festa cívica que teve lugar na Escola Experimental do CRPE-Recife<sup>3</sup> em que a comunidade escolar (pais, professores, funcionários e alunos) foi informada, “[...] por diretoras e professoras idôneas e, em linguagem acessível à mentalidade das várias séries, sobre os propósitos de 31 de março, sua importância e significação” (Freyre, 1965, p. 6).

Informa o diretor do CRPE, no artigo, que os alunos foram convidados a desenhar, em cores, suas “impressões sobre o movimento”, sendo os desenhos divulgados numa exposição à qual todos tiveram acesso. Além dessa exposição de desenhos, foi realizada, segundo nos informa o Diretor do Centro, “[...] outra exposição, esta de fotos, cartazes e publicações relativas ao 31 de março, para alunos da Escola como para suas famílias e moradores de Apipucos.” (Freyre, 1965, p. 6).

Além – ou no interior – dessa mobilização da comunidade escolar, no “dia principal da comemoração”, realizou-se, no Auditório do CRPE-Recife, uma palestra com um de seus membros, o já referido Carlos Maciel, que falou com as crianças de todas as séries sobre o significado do dia 31 de março<sup>4</sup>.

A não publicização, pela imprensa, da referida homenagem fez com que o diretor publicasse a “conferência, acompanhada da reprodução de alguns daqueles desenhos” (Freyre, 1965, p. 6). Disso resultou o livreto que encontramos. Há que perguntar se o texto publicado pelo CRPE-Recife reflete/reproduz a exposição feita por Carlos F. Maciel aos alunos da Escola Experimental. Isto porque sua linguagem é, por vezes, rebuscada para o entendimento infantil e suas análises carecem de conhecimentos mais aprofundados do que se pressupõe os conhecimentos das crianças dos anos iniciais da educação escolar. O mais provável é que o texto tenha sido escrito especificamente para ser publicado, mesmo que o autor, retórica e didaticamente, se dirija ao leitor, continuamente, por meio de marcas da oralidade, sobretudo remetendo seu discurso a uma situação de conversa ou aula para crianças.

Não se sabe, também, quantos exemplares do texto foram reproduzidos. É certo, porém, que, com a publicação, o Centro, na época sob a Direção de Gilberto Freyre, quis expandir as palavras e ideias de Carlos F. Maciel para um público mais amplo do que aquele que, possivelmente, assistiu à sua preleção e mais que isso, ficasse como testemunho da História que ali se narrava. Estávamos, pois, diante de uma prática de produção de memórias escolares sobre o Golpe Militar de 1964 (Faria Filho, 2024).

A publicação em apreço se mostrou de grande importância por vários motivos. Em primeiro lugar, porque vinha ao encontro de preocupações quanto ao apoio de Gilberto Freyre e Carlos F. Maciel ao regime civil-militar. A este respeito, são amplamente conhecidas as manifestações de adesão de Gilberto Freyre ao Golpe de 1964 e ao regime que se instalou no país, tendo o sociólogo, ele mesmo, colaborado com a produção do Programa do partido da Ditadura, a ARENA, em 1972. (Pallares-Burke; Burke, 2008, p. 186ss)

Mais recentemente, coube a Dimas Brasileiros Veras (2018) o feito de ter se aproximado mais detidamente das ações de Freyre na conjuntura pós golpista em

Pernambuco e, mais especificamente, na cidade do Recife, não apenas apoiando o que então se chamava de *revolução* mas também tentando mobilizar as instituições a favor de suas causas e posições e contra aqueles que pareciam ser “esquerdistas” ou “comunistas”. Foi Veras também que explicitou a colaboração direta ou indireta não apenas de Freyre mas também de outros membros do CRPE-Recife, com a cruzada contra intelectuais e políticos contrários ao regime, nessa capital e, inclusive, na Universidade do Recife. Dentre estes membros, estava Carlos Frederico Maciel (Veras, 2018, p. 69).

O que a publicação do Centro nos permitiu foi não apenas ver a junção, em um mesmo impresso, dos dois principais intelectuais do Centro Regional de Pesquisas Educacionais do Recife em suas ações em defesa do regime civil-militar que se instalara no Brasil em 31 de março de 1964, mas também, de forma mais pormenorizada, perceber a leitura e a posição de Carlos F. Maciel sobre as circunstâncias que levaram ao golpe e as esperanças nele depositadas. Isto é importante porque, quando escreveu o texto, Carlos F. Maciel, apesar de ter sua trajetória menos conhecida do que a de Gilberto Freyre, já tinha uma posição de destaque na cena intelectual de Recife e entre os intelectuais brasileiros que orbitavam o Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais (CBPE) e os Centros Regionais de Pesquisas Educacionais (CRPEs).

Em 1964, Carlos F. Maciel era o Diretor da Divisão de Estudos e Pesquisas Educacionais e Vice-Diretor do CRPE-Recife, tendo já publicado vários textos tanto na revista do próprio Centro (Cadernos Região e Educação) quanto em outros canais avulsos da instituição. Maciel também havia realizado pesquisas sobre o ensino de Filosofia e vinha, gradativamente, se especializando nas áreas de estudos pelas quais ficaria, nos anos seguintes, reconhecido nacionalmente: da política, do planejamento, da economia e da administração da Educação.

Por sua importância na Educação em Pernambuco, estado em que teve proeminência na área de planejamento e gestão da Educação –, tendo ocupado, além das funções no CRPE-Recife, a Presidência do Centro de Cultura Popular do Recife, após o golpe de 1964 (Weber, 1984), participado ativamente do Conselho Estadual da Educação por vários anos, e, sobretudo, por sua atuação na criação e institucionalização do Centro de Educação da UFPE e na organização de seu Programa de Pós-Graduação, Carlos Frederico Maciel foi reconhecido e homenageado pelo Centro de Educação da UFPE, tendo seu nome atribuído ao principal auditório da instituição.

Em outras palavras, a publicação reunia *mise en page* dois atores que *mise en acte* performavam a cena política, intelectual e pedagógica do Recife e do Brasil em defesa do golpe militar e do governo ditatorial que se instalara a partir dele. Mais do que isto, a publicação mostra um Carlos F. Maciel que, tal como Gilberto Freyre, creditava um lugar muito especial aos militares brasileiros, sobretudo ao Exército, como guardiães da moralidade, da família, da religião, ou seja, da democracia e da pátria brasileiras.

Certamente o documento que tínhamos em mãos apresentava para nós, historiador e historiadora da Educação, outras facetas. Isto porque nos permitiu perceber um dos modos como a ideologia dos que participavam desse processo político era transmitida na escola – tratava-se de movimentos de legitimação não apenas do golpe mas também das leituras da realidade brasileira que o justificavam e das esperanças

depositadas no regime que ora se instalava. Somado a isto, por meio do livreto, podemos acompanhar, ainda que de forma limitada, a mobilização dos intelectuais e das instituições públicas, no caso o CRPE-Recife, na construção da legitimidade do movimento golpista. Além disso, sobretudo em se tratando do contexto dos anos de 1960, ao chamar a atenção para o significado educativo do 31 de março, Carlos Frederico Maciel nos remeteu a um tempo e a uma concepção de Educação que nos alerta para o fato de que esta ocorre, também, para além dos muros da escola. Por fim, mas não menos importante, o que se observa nas atividades dadas a ver por meio da publicação, e nas demais realizações da Escola Experimental, foi a utilização de práticas da escola ativa, defendidas, dentre outros, por Anísio Teixeira (Souza, 2013), para a formação de sujeitos adeptos a regime de exceção.

Foi com este olhar que analisamos o texto publicado pelo CRPE-Recife e o desenho que o acompanha, ambos compondo uma unidade de sentido para a compreensão de como foi comemorado o golpe de 1964, no âmbito da escola, por quem o defendia. Neste caso específico, o autor do referido discurso era um intelectual, naquele período em particular, com significativa contribuição no campo educacional, que fez uso de sua posição professoral, com viés de suposto paternalismo, como veremos, e seu capital cultural, para construir uma narrativa convincente em favor do que acreditava ser uma revolução.

Em seu discurso, é possível perceber, como nos ensina Orlandi (2009), o trabalho simbólico, como parte do trabalho social geral, é constitutivo do homem e de sua história. E, se, por um lado, a análise do discurso nos faz entender o “homem” e sua capacidade de significar e ressignificar, por outro, também nos permite entender a produção de sentidos atribuídos. Isto porque o que se busca na análise dos discursos, ainda segundo a autora, não é a linguagem enquanto um sistema abstrato, mas o que ela intitulou de língua do mundo, “com maneiras de significar, com homens falando, considerando a produção de sentidos enquanto parte de suas vidas, seja como sujeitos, seja como membros de uma determinada forma de sociedade (Orlandi, 2009, p. 16).

Em suma, se, por um lado, o discurso é constitutivo do sujeito, por outro, a historiografia é um discurso sobre o outro, como afirmou Certeau (2011). E é neste duplo, entre analisar um discurso e escrever outro, compondo uma operação historiográfica, que nos detivemos na análise do texto do professor de Filosofia, autor de vários artigos e livros sobre planejamento e economia da Educação, Carlos Frederico Maciel. Sua importância se dá, sobretudo, porque entendemos que a operação historiográfica, aliada à análise do discurso, nos ajuda a compreender as intenções, os sentidos e, mais do que isso, o modo como o discurso produzido por uma personagem social e politicamente influente – e publicado em um suporte privilegiado – se compunha de forte argumento de que o regime que se instalara no País era o melhor para o seu povo.

## **A PERDIÇÃO DA POLÍTICA E A SALVAÇÃO MILITAR**

O texto de Carlos Maciel, a começar pelo título – *O significado educativo do 31 de março* –, é cuidadoso em sua organização didática e em sua disposição retórica. Tratar-se-ia, afinal, de uma conversa, de uma aula<sup>5</sup>, para a comunidade escolar, ainda que, como já se ressaltou, se possa duvidar de que ele reproduza fielmente o que foi dito

no momento em que falou diretamente para os alunos. O autor constrói, inicialmente, um cenário bastante caótico e perigoso, para descrever como o Brasil se encontrava antes do que ele chama de revolução; em seguida, chama a atenção para a ação dos militares – e das mulheres – e estabelece a sua dinâmica. Por último, estabelece as vantagens do novo regime e as esperanças nele depositadas, algumas das quais já lhe pareciam visíveis no cotidiano do país, em Pernambuco e, especificamente, em sua capital.

Como já destacamos anteriormente, quando escreveu o texto que veio a ser publicado pelo CRPE-Recife, em 1965, Carlos Maciel já era um intelectual reconhecido nacionalmente. Estava envolvido, em Pernambuco e no Brasil, nas discussões sobre a Educação em suas diversas modalidades e formas. Não é difícil, pois, entender que, ao propor um título para o texto, tenha optado por chamar a atenção para o fato de que o que hoje reconhecemos como Golpe apresentava uma dimensão educativa que ultrapassava, em muito, os muros da escola. Era preciso, portanto, comemorar na escola e fazer disso uma ação de educação cívica. E ir além: era também de mister importância reter do “31 de março” aquela “força moral”, aquela força interna, baseada nas crenças e nas tradições – cristãs – que faltou aos comunistas que queriam “tomar conta do país”. Nas palavras de Maciel:

[...] faltava-lhes a força interior, a força moral, uma força que vem de dentro, que vem da convicção de estar agindo com a consciência limpa, do lado do bem e da verdade. Faltando isso, a força exterior, a força que vem da posse momentânea do poder, falecerá. Essa é uma grande lição, que se repete, outra que tiramos desses acontecimentos (Maciel, 1965, p. 19).

Ao dar a ver a situação primeira de enunciação de sua mensagem e os condicionantes de produção de seu texto – a de falar para alunos de diversas séries primárias e no interior de uma escola –, Carlos F. Maciel abre seu texto tratando, justamente, da linguagem:

Vou falar a vocês, meus caros alunos da Escola Experimental, sentindo que posso fazê-lo numa linguagem que vocês entenderão, porque vou fazê-lo, não como alguém que possa lhes parecer estranho ou importante, mas como educador e, mais do que isso, como pai de aluno, como pai de colegas de vocês (Maciel, 1965, p. 11).

O professor evoca, assim, a familiaridade com os alunos e a possibilidade de, assim, se aproximar de seu auditório. Avança em seu discurso, reverenciando, em seguida, as diversas atividades cívicas que vinham sendo desenvolvidas na escola por ocasião dos festejos do 1º aniversário da “revolução” – hasteamento da bandeira, hino nacional, exposição dos trabalhos e dos desenhos. Junta-se ao grupo a quem dirige uma pergunta, porém ele mesmo antecipando a resposta: “Tudo isso por que? Porque nós comemoramos hoje um grande dia. Digo grande dia atentando bem no sentido das palavras.” (Maciel, 1965, p. 11).

Segundo o pai/professor Carlos F. Maciel, diferentemente de outros dias cuja importância é apenas aparente, o 31 de março ficaria gravado na memória e iria aparecer, no futuro, “[...] como um dos dias mais importantes desse período da História

do Brasil” (Maciel, 1965, p. 11). Isto porque ele marcou uma “virada, uma mudança de direção decisiva para os destinos de nosso país” (Maciel, 1965, p. 12).

Na exposição da situação do país, no momento imediatamente anterior ao 31 de março de 1964, Carlos F. Maciel mostra toda a sua maestria no uso da linguagem e a mobilização de slogans e imagens, estratégia da qual resulta um cenário caótico que só se extinguiria com a intervenção brusca dos militares naquele curso da história. Segundo ele, em meio a desordens, traições, falta de civismo, falta de amor ao próximo, “o Brasil, com efeito, vinha descendo uma ladeira cada vez numa velocidade maior como acontece sempre nesse caso”, e a situação era de tal gravidade que, mesmo que o Governo instalado pelo voto quisesse, e este não parecia querer, “as coisas tinham chegado a um ponto em que a queda final, o desastre, no pé da ladeira parecia inevitável” (Maciel, 1965, p. 12).

O “que é que vinha acontecendo?”, pergunta ele (Maciel, 1965, p. 12). Em resposta à sua própria pergunta, passa a construir o panorama e a cena em que houvera, para ele, a ruptura institucional em defesa da democracia, da ordem e das tradições cristãs brasileiras. Nesta parte do discurso/texto, Maciel deixa claro, em primeiro lugar, que o presidente eleito pela maioria do povo brasileiro, de maneira “irresponsável” “abandonou o barco” e “traiu” o povo, renunciando ao cargo (Maciel, 1965, p. 12-13). Em seu lugar, assumiu o Vice, que, segundo ele “fora eleito por um grave erro de uma parcela do povo” e que, em vez de promover o “trabalho, a paz, a cultura e a prática das virtudes cívicas”, incitava o não trabalho, a greve, as paralisações, a discórdia, a luta e “jogava uns contra os outros” (Maciel, 1965, p. 13).

O orador acrescenta, em segundo lugar, que “[...] também no plano internacional, [...] vinha-se fazendo com que o nosso Brasil, que tem uma alta tradição no campo da diplomacia, viesse fazendo um papel triste, faltando a compromissos, faltando à palavra empenhada.” (Maciel, 1965, p. 14).

Salientava Maciel, entretanto, como terceira característica do caos que havia se instalado no país, que, “acima de tudo o que se buscava era fazer a chamada ‘guerra psicológica’, isto é, criar confusão e até destruir as bases do Brasil como nação democrática” (Maciel, 1965, p. 14). Como parte desta “guerra psicológica”, Maciel aponta os planos grandiosos, feitos mais para impressionar do que para chegar a efetivos resultados, e os projetos de Lei, feitos justamente para não serem aprovados, pois, de fato, “impediam as soluções possíveis”. E conclui: “um governo assim deseduca cívica e moralmente” (Maciel, 1965, p. 14).

Arremata, em quarto lugar, com o argumento do “problema do comunismo”. Segundo Maciel: “o comunismo é um modo de vida que nós, aqui, no Brasil, não queremos. Não está em nossa índole, repugna à nossa tradição. Não se coaduna com as raízes cristãs em que o Brasil nasceu e cresceu [...]” (Maciel, 1965, p. 14-5). Além disso, acrescenta: o “brasileiro é cordial”, gosta da paz, de trabalhar e agir com disciplina, mas com disciplina leve, sem rigidez e crueldade (Maciel, 1965, p. 15). “O comunismo, ao contrário, não tem religião, persegue a religião. Acaba com a democracia. Implanta a crueldade, a dureza não se dá com essa cordialidade, essa maneira alegre de viver [...]” (Maciel, 1965, p. 15). Salienta ainda que os comunistas: “Muitas vezes, até parecem bons em seus propósitos, mas isto só externamente, pois, na verdade, suas finalidades são más (Maciel, 1965, p. 15).

Segundo Carlos F. Maciel, aproveitando-se dessa situação caótica, os comunistas estavam se infiltrando em todo o Brasil, até mesmo nas forças armadas. O intelectual, no entanto, reconhecia o seguinte: “[...] aquele governo não era comunista, talvez não quisesse isso, mas por causa de seus maus propósitos, a princípio tinha se aliado com os comunistas, tinha gostado disso, porque era bom para fazer agitação, promover passeatas, comícios, greves, tudo para dar demonstração de força política porque o governo preferia fazer isso a trabalhar” (Maciel, 1965, p. 15-6).

Em sua caracterização da situação do país antes do golpe e para justificá-lo, não poderia deixar de fora, a situação da educação escolar, explicitando mais uma faceta que, sob sua análise, mostrava a difícil situação do país. Neste sentido, como quinto elemento, dizia ele que “é bom, pois, salientar que precisamente um dos setores onde a situação estava pior no Brasil, era na educação.” (Maciel, 1965, p. 16).

Na universidade, os estudantes recebiam, segundo ele, vultosas somas de recursos a pretexto de realizar reuniões e congressos, oriundos dos “impostos que seus pais pagavam pensando em ter mais escolas para os filhos”. Maciel afirmava que os estudantes gastavam o dinheiro passeando pelo Brasil e pelo exterior. Também no campo da educação de adultos, a situação, conforme o entendimento de Carlos Maciel, não estava bem: “Havia métodos para ensinar aos adultos, aparentemente bons nos seus propósitos, mas que eram empregados e utilizados de modo a servir aos comunistas e à agitação. E sobretudo à propaganda” (Maciel, 1965, p. 17). E, fora deste universo, mas diretamente relacionado a ele,

[...] havia um Instituto chamado Superior de Estudos Brasileiros – criado ainda no tempo daquele governo em que eu disse que se começou a dar prestígio a pessoas com um pensamento desorientado, um pensamento que trazia para o Brasil ideias trazidas de outros cantos e de um tempo passado, e que não eram boas, que não estavam adequadas para ser uma boa orientação ideológica para o Brasil – que podia publicar todos os livros que queria (Maciel, 1965, p. 17).

Para o referido Diretor, havia algo ainda pior, dado que esses livros, vindos de outras instituições e de diversos grupos, contavam com muito apoio financeiro para sua impressão e publicação. Além disso, “quase que só se encontravam livros dessa orientação nas livrarias” (Maciel, 1965, p. 17). Também, nos jornais, se falsificavam as notícias, não havia liberdade de opinião, de modo que “só se ouvia conferências e discursos para dizer certas coisas numa dada gíria” (Maciel, 1965, p.17). O mesmo acontecia na universidade, onde “[...] a agitação, a desordem, a desorientação já era completa. As Universidades já estavam completamente impossibilitadas de desempenhar as suas funções normais e cumprir a sua missão” (Maciel, 1965, p. 17, sic).

Na avaliação do Professor Carlos Maciel, o País estava de fato, em uma situação babélica; tudo estava sem controle. E, “além disso – o pior – era o aspecto moral”. Ao invés da amizade, “base para haver uma sociedade feliz e haver sentido de bem comum, semeava-se o ódio, o rancor, a suspeita. Havia um **terrorismo intelectual**.” (Maciel, 1965, p. 18; grifo do autor). Por isso:



Quem não pensasse de uma certa maneira, quem não lesse aqueles livros, quem não usasse uma porção de palavras que estavam na moda, recebia apodos, era mau visto, era chamado de reacionário, eles procuravam fazer com que essa pessoa fosse considerada inimiga das reformas, indiferente aos desejos de melhoria dos mais pobres (Maciel, 1965, p. 17).

Ainda segundo o autor do livreto, uma “opressão” se impunha sobre os que não se encaixavam no perfil comunista estabelecido, inclusive nas universidades, logo essas pessoas não tinham acesso a empregos nas repartições e cargos do magistério. “Já nas ruas, nas festas, nas reuniões, as pessoas se separavam, se olhavam com desconfiança, com um começo de ódio, dividindo brasileiros contra brasileiros [...]” (Maciel, 1965, p. 17).

Ao caracterizar, a partir destes aspectos ou dimensões, a turbulenta situação vivida no e pelo país no período imediatamente anterior ao 31 de março, mas que se deu em continuidade às políticas que já há muito “estavam erradas”, o pai/professor salienta: “Pois bem, meus alunos. Foi nessa situação [...] que irrompeu, nesse grande dia de 31 de março de 1964, a Revolução que estamos comemorando”. (Maciel, 1965, p. 17). É essa a chave de virada, ou a virada de chave, utilizada por Carlos Maciel para começar a fazer a sua saudação e uma série de elogios à situação que irrompeu no país com o golpe militar. Esta parte de elogios, na economia interna do texto, ocupa mais espaço (7 páginas) do que a anterior, de caracterização da situação do país (5 páginas). A tomada de poder pelos militares, anunciada por ele como *revolução*, “[...] veio colocar um freio, veio deter aquela queda [...] E de tal maneira a revolução chegava no momento oportuno, [...] e o povo saltava, pulava para as ruas, saudando a liberdade, trazendo o apoio civil aos chefes militares [...]” (Maciel, 1965, p. 18).

Para Carlos Maciel, “de certo modo a revolução foi uma surpresa” (Maciel, 1965, p.19). Isto porque, em sua compreensão, o Governo dava demonstrações de ter tudo e todos sob controle. Ainda que houvesse passeatas dos opositores e uma “certa confiança” na tradição militar para pôr um limite às ações daquele “governo tirano”, tudo levava a crer que aquele governo que tinha os sindicatos, os estudantes, a imprensa, a propaganda e, sobretudo, o dinheiro e até mesmo as forças armadas ao seu lado, não seria destituído (Maciel, 1965, p. 19). Nada disso, entretanto, era seguro. Assim, quando a “Revolução arrebentou, a verdade é que em poucos dias, em horas apenas, tudo aquilo caiu, sem nenhuma resistência.” (Maciel, 1965, p. 19).

“Puro pó.” (Maciel, 1965, p. 20). Foi assim que Carlos Maciel descreveu para os leitores e, possivelmente, para os alunos, a mudança repentina. A união de forças que o Governo dizia ter em torno de si, “Toda aquela força militar, todo aquele apoio de massas, de que os inimigos dos destinos do Brasil diziam dispor, não durou quarenta e oito horas.” (Maciel, 1965, p. 20). Para o membro do Centro, tudo isso aconteceu porque, como já visto, faltava-lhes, sobretudo, “aquela força interior, a força moral” (Maciel, 1965, p. 20), que anima todas as pessoas que estão do lado do bem e da verdade.

Passa-se, então, a um outro momento do texto – a descrição do movimento golpista. Nessa parte, Carlos Maciel destaca a atuação do “bravo” General Mourão que, apoiado pelo General Guedes, de Belo Horizonte, partiu de Juiz de Fora em direção ao Rio de Janeiro, onde contou com todo o apoio de Carlos Lacerda (Governador da Guanabara) e dos governadores Magalhães Pinto (MG) e Ademar de Barros (SP). Em

conjunto com o General Murici e com o apoio da população, essas autoridades “asseguraram o triunfo da Revolução.” (Maciel, 1965, p. 20-21).

Chamamos a atenção para o fato de que, tanto no que se refere ao Brasil quanto a Pernambuco, como veremos mais à frente, além dos militares, o único grupo que Carlos Maciel nomeia como sendo decisivo no movimento é o das mulheres.

E não nos esqueçamos que naquela mesma Belo Horizonte, já se havia levantado, pelo Brasil, a mulher mineira, e que noutras partes do Brasil, também a mulher brasileira se antecipou em levantar-se pelo Brasil democrático e cristão. Quem diz mulher brasileira diz aquelas brasileiras que vocês conhecem tão bem: mães, irmãs, avós (palmas) (Maciel, 1965, p. 21).

Trata-se, possivelmente, de um recurso retórico para ganhar a simpatia do leitor e/ou do auditório, embora não se limite a apenas isso. Se a relação entre a revolução e a figura do feminino vinha de longe – basta lembrar da emblemática figura de Marianne a simbolizar a Revolução Francesa –, em terras brasileiras, a relação se faz não com a mulher revolucionária, mas com a mulher cristã, da família e do lar.<sup>6</sup> Na visão de Maciel, a “revolução” inaugurou um novo tempo. Derrotados os inimigos da pátria, a alegria “tomava conta das ruas, o contentamento transbordava dos lares, dos recintos, manifestava-se na imprensa, no rádio, nas passeatas e comemorações”. (Maciel, 1965, p. 21).

Para Carlos Maciel, a situação descrita para o Brasil repetia-se em Pernambuco, com o agravante, reconhecido por todos, “que Pernambuco fora transformado no centro de ação comunista”, pois “O Recife, a capital do Nordeste, também já caíra nas mãos deles. Havia anos, o comunismo se instalara na Prefeitura do Recife, que era um dos quartéis do comunismo e do esquerdismo.” (Maciel, 1965, p. 22, sic)<sup>7</sup>.

Até mesmo a Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE), criada para um “fim tão alto e por uma inspiração em que houvera um apoio unânime como raras vezes se viu no país” (Maciel, 1965, p. 22) não ficou a salvo dessa sanha comunista-esquerdista que buscou ocupar todas as repartições, praticando, inclusive, discriminação ideológica para a admissão de funcionários. (Maciel, 1965, p. 22). Neste sentido, há de se ressaltar que a Sudene apoiou estratégica e financeiramente o Movimento de Cultura Popular que tinha por proposta a alfabetização e o ensino da cultura política à população mais carente de Pernambuco. Para Maciel, todavia, em Pernambuco, como no resto do Brasil, “mal o Exército saía a campo, com apoio civil, tudo caía sem resistência. [...] De repente caía o governo federal. Caía o governo estadual. Caía o governo municipal. Caía o governo regional.” (Maciel, 1965, p. 23).

Nas loas que fazia ao “triunfo completo” dessa “revolução” que salvou Pernambuco e o Nordeste do comunismo, ele salienta:

[...] é justo que se destaque aqui, mais uma vez e de modo especial, a atuação e ação da mulher brasileira, na Cruzada Feminina, na Marcha da Família. Fôra dela que partira a voz, assinalando a hora oportuna para a ação.

O Brasil voltou então ao seu verdadeiro rumo, reafirmando seu espírito cristão, estava restaurada a liberdade, salva a democracia. Terminara a opressão e, note-se, mais uma vez repetindo-se uma grata tradição brasileira, sem derramamento de sangue." (Maciel, 1965, p, 22).

Maciel dizia acreditar, àquela altura (passado um ano apenas do golpe), na tradição civilista do Exército, na sua volta aos quartéis e na devolução da "política aos políticos", ainda que os militares tivessem o dever de voltar a intervir sempre que os políticos perdessem o senso de responsabilidade e, portanto, para "repor o país nos seus trilhos". (Maciel, 1965, p. 22).

Com a tomada de poder pelos militares e pela ação de "um grande presidente, o Marechal Castelo Branco" (Maciel, 1965, p.24), o Brasil voltaria a ser cortês. Com o novo governo, viriam as reformas, mas com a seriedade, o trabalho contínuo e sem demagogia. O Brasil voltaria a ter uma política internacional séria e honraria seus compromissos, mantendo, assim, boas relações com os grandes países. A política se tornaria, como os "grandes pensadores ensinam, aquela preocupação de trabalhar pelo bem de todos." (Maciel, 1965, P. 24-25).

Finalmente, precisando ainda mais a ideia que queria transmitir, Carlos Maciel sintetiza que o significado educativo do 31 de março de 1964 diz respeito a um movimento que não se esgota nele mesmo, nem mesmo em suas realizações ou esperanças. Está naquilo que mobiliza a partir das nossas sensibilidades e nos sentimentos mais profundos que tal movimento político e social evoca, atualiza e se permite expandir, afinal: "Um bom governo é, assim, um educador. A política deve ser educação" (Maciel, 1965, p. 25). E conclui:

[...] Para nós como educadores, para vocês, alunos da Escola, e que são o futuro do Brasil, fique-nos essa meditação: só o amor, só a consciência voltada para a verdade e para o bem podem ser a fonte das energias para a tarefa de engrandecer nosso país. Só esses valores constroem, só eles podem orientar-nos e garantir os destinos do Brasil (palmas prolongadas) (Maciel, 1965, p. 25).

Ao que parece, as crianças, antes mesmo da fala de Carlos Maciel, já haviam aprendido a lição. Ainda que em nossas buscas não tenhamos encontrado o conjunto dos desenhos que estiveram expostos, um desenho da aluna Invanízia, talvez justamente por sua exemplaridade, foi publicado na brochura, entremeando os dois textos aqui analisados. Ele pode nos dar uma certa noção das produções dos alunos e das alunas, ou daquilo que pretendiam os organizadores das comemorações, e reforçam a intencionalidade educativa das comemorações do 31 de março na Escola Experimental do CRPE-Recife. Isso porque, em primeiro lugar, o desenho, postado no volume entre os dois textos, dialoga perfeitamente com eles e funciona, com isso, como um elo que os conecta entre si.

Figura 2 – Desenho da aluna Invanízia



Fonte: CENTRO..., (1965, p. 8).

Em segundo lugar, porque, sendo este o desenho escolhido, dentre muitos, para figurar na publicação, infere-se que ele quis dar a ver a mensagem transparente, ali expressa, e a ação estudantil sobre o tema; também se pode supor que esse desenho de todos é o que melhor reflete e reforça o papel educativo que a própria brochura deve cumprir. Em síntese, não se trata de um desenho qualquer, posto ali desavisadamente. Sua escolha e posição no livro foram pensadas para educar.

Talvez em atenção às sugestões de quem orientou o trabalho, na parte pictórica do desenho, vê-se, claramente, a representação das três instituições militares que compõem as forças armadas brasileiras: Exército, Marinha e Aeronáutica. Elas estão representadas por um navio, três aviões e pelo quartel do Exército, sobre o qual pende a bandeira brasileira. É notória, também, no centro do desenho, a presença de uma grande árvore. É bem possível, pelo tronco e pela copa, que seja a representação de um exemplar de pau-brasil, num reforço à brasilidade para a qual Gilberto Freyre chamou a atenção em seu texto. Trata-se, entretanto, apenas de uma cogitação de nossa parte, já que não tivemos acesso a outra documentação que corroborasse essa hipótese.

Em conformidade com a exposição de Carlos Maciel e, certamente, das aulas e demais atividades desenvolvidas na Escola Experimental alusivas às comemorações do primeiro aniversário do golpe de 31 de março de 1964, Invanízia produz um desenho que sintetiza os vários sentidos que se queriam estabilizar naquele momento. E não sem razão está escrito: "Estamos comemorando a Revolução de 31 de março", demonstrando o "aprendizado" de que se tratava, sim, de uma revolução e não de um Golpe de Estado, como os opositores do regime denunciavam.

## CONCLUSÕES

Tratamos neste texto da ação intelectual para produzir o sentido não apenas da legitimidade do golpe militar de 31 de março de 1964, mas também das leituras da realidade que o sustentaram e o justificaram. Pudemos refletir sobre como as

instituições de pesquisa, no caso o CRPE-Recife, e as instituições escolares, no caso a Escola Experimental, foram mobilizadas para o mesmo propósito. Um ano depois do golpe e, quiçá, antes disso, as crianças foram acionadas e educadas para acreditar no perigo comunista, no engajamento das mulheres (suas mães, irmãs e avós) na causa da “revolução” e na necessidade de uma intervenção militar para pôr fim à balbúrdia que se instalara no país. Não podemos atestar que as crianças tenham agido de acordo com estes preceitos nos anos vindouros, mas o desenho que acompanha o texto mostra que, pelo menos naquele momento, parte desse público aderiu ao sentido e à forma de ler/representar aquele cenário.

Despertou-nos curiosidade o fato de que um intelectual de ampla formação e de refinamento analítico como Carlos F. Maciel, conhecedor profundo das teorias (doutrinas) mais diversas, ao escrever um texto de intervenção política, se utilize de um repertório comum e tradicional, quase panfletário, mesmo que para crianças da escola primária, para defender as suas causas. É evidente que Carlos F. Maciel não tinha como saber, naquela ocasião, o que o manto da ditadura civil-militar que se instalou em 1964 significaria para o país e para os intelectuais brasileiros, nos anos vindouros. Por outro lado, certamente, ele tinha consciência das imagens, das representações, das linguagens, enfim, do repertório que mobilizava e divulgava para defender a ruptura institucional que o Golpe significou.

Nesta perspectiva, é importante salientar, uma vez mais, a força ilocutória, política do discurso/texto. A força argumentativa do discurso utilizado não se apresenta apenas na performance do autor que busca se aproximar dos leitores em geral (e das crianças, em particular, no caso da aula na Escola Experimental) para ganhar sua simpatia e adesão por meio da referência aos pais (que pagam impostos) e das mulheres (mães, avós, irmãs) que lutam a favor do regime. A sua força está, sobretudo, na mobilização das imagens do caos, da ameaça comunista, do eterno “perigo vermelho” à cordialidade do brasileiro, das lutas do bem contra o mal, das tradições pacíficas e cristãs, da defesa da liberdade e da democracia pelas pessoas de bem e da salvaguarda democrática representada pelas forças armadas que, assumem o controle sobre os políticos quando estes se afastam de seus compromissos com a Nação, a fim de colocarem, de novo, o país nos trilhos.

É esse tipo de discurso – que busca representar os momentos de crise pelos quais passou (e passa) a sociedade brasileira em busca de uma ruptura democrática e de libertação das amarras da violência e da desigualdade, como se fossem redemoinhos perigosos – que ameaçam colocar em risco as nossas “melhores tradições”. Tornadas, já naquele momento, slogans e palavras de ordem, o desenho da aluna ou os cenários “imaginados” por um hábil locutor – Carlos Maciel – podem ter vida longa e ser continuamente mobilizados e atualizados nos embates políticos, como na contemporaneidade quando a tradição, a família, a religião, o civismo e patriotismo voltaram como bandeiras de lutas.

Essas retóricas funcionam, porque elas mobilizam os sujeitos, suas crenças e sensibilidades e Carlos F. Maciel demonstrou saber disso. Não é sem motivo que, ao mesmo tempo que dizia que “a política deve ser educação”, o palestrante retira a política do plano da luta de interesses e posições de poder e a remete para o terreno da moral e dos sentimentos. Se a política não é o terreno de negociação dos conflitos, mas do amor, da amizade e da camaradagem, qualquer situação de conflito demanda e legítima a

ação de um poder extra político – as Forças Armadas, no caso brasileiro –, para apaziguar a situação e recolocar o país nos trilhos da paz, ainda que esta seja a paz dos cemitérios, como sistematicamente ocorreu no Brasil.

Deste entendimento decorre, também, a centralidade da formação moral e cívica calcada não em valores explicitamente democrático e igualitários, mas nos valores da ordem, da cordialidade, da ausência de conflitos e numa moralidade cristã e antirrepublicana por excelência. A perspectiva abraçada, no texto, por Carlos F. Maciel se coaduna perfeitamente com a de Gilberto Freyre e de outros intelectuais conservadores que defendiam (e defendem) a intervenção militar em defesa da “brasilidade” e, mais do que isto, que asseguram às forças armadas a salvaguarda da democracia e das melhores tradições brasileiras.

Tais aspectos mostram, sem dúvida, a atualidade do texto de Carlos F. Maciel. Pode ser uma atualidade canhestra e desconcertante, por certo, mas não surpreendente. É como se o passado insistisse em se fazer presente na recente história do Brasil e, sobretudo, nos episódios de frustrada tentativa de Golpe de Estado de 8 de janeiro de 2023, fazendo com que boa parte do que foi dito há 60 anos reverbere cotidianamente em todos os nossos sentidos. Fazer cessar a antipolítica nos domínios do político e da política é, sem dúvida, uma tarefa ainda inconclusa de uma educação política democrática. Para isso, mesmo que às avessas, temos que concordar com Carlos F. Maciel quando este diz que toda política deve ser educativa.

Artigo recebido em: 13/03/2024

Aprovado para publicação em: 24/07/2024

---

RHETORIC, POLITICS, AND EDUCATION: THE EDUCACIONAL MEANING OF MARCH 31ST BY CARLOS FREDERICO MACIEL (CRPE-RECIFE)

**ABSTRACT:** This article engages with the discourse/text “The Educacional Meaning of March 31st” by the Pernambuco Professor and anti-communist Carlos Frederico Maciel, at that time Director of the Division of Educational Studies and Research of the Regional Center for Educational Research in Recife (CRPE-Recife). By combining elements of Orlandi’s (2009) discourse analysis with Certeau’s (2011) historiographical methodology, and informed by a nuanced perspective, this study examines the concerted efforts of intellectuals to justify the 1964 Coup. Additionally, it explores the mechanisms by which authoritarian ideology infiltrated primary education institutions during this period.

**KEYWORDS:** Intellectuals and Education; History of Education; Pernambuco; Civil-Military Dictatorship.

FILHO, L. M. de F.; BARRETO, R. A. D. N.

RETÓRICA, POLÍTICA Y EDUCACIÓN: O SIGNIFICADO EDUCATIVO DO 31 DE MARÇO, DE CARLOS FREDERICO MACIEL (CRPE-RECIFE)

**RESUMEN:** En este artículo, tomamos como fuentes y objeto de análisis el discurso/texto "O Significado Educativo do 31 de março", del Profesor pernambucano y anticomunista Carlos Frederico Maciel, en aquella época Director de la Divisão de Estudos e Pesquisas Educacionais do Centro Regional de Pesquisas Educacionais do Recife (CRPE-Recife). Aliando elementos del análisis del discurso de Orlandi (2009) con la operación historiográfica de Certeau (2011) y desde una experiencia singular, buscamos mostrar la movilización de intelectuales para la legitimación del Golpe de 1964 así como, en este proceso, como se transmitió la ideología autoritaria en la escuela primaria.

**PALABRAS CLAVE:** Intelectuales y Educación; Historia de la Educación; Pernambuco; Dictadura Civil-Militar.

---

## NOTAS

1 - A pesquisa da qual descende este artigo foi financiada pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico a partir do edital Universal MCTIC/CNPq 2021. Revisão e normatização pagas com recurso do edital Capes/Proap/Ufpe.

2 - O CRPE-Recife foi criado em 1957, por Anísio Teixeira, e, assim como os demais Centros Regionais de Pesquisa Educacionais (CRPE) e o Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais (CBPE), era parte integrante do Instituto Nacional de Pesquisas Educacionais (INEP), conforme demonstra Xavier (1999). O CRPE-Recife teve como primeiro Diretor Gilberto Freyre, que dirigiu o Centro desde a sua criação em 1957 e que contou, a partir de 1963, com uma Escola experimental.

3 - A Escola Experimental do CRPE-RE funcionou de 1963 a 1975 e faz parte, naquele momento, de um movimento maior, de inspiração norte-americana, sobretudo, de construção de escolas de educação primária e, em alguns casos, secundárias, que pudessem servir de "laboratório" para a experimentação de novas metodologias e nas quais as professoras em formação, inicial ou em serviço, pudessem aprender, na prática, tais metodologias. Souza (2013, p.153ss) traz detalhes da construção e do funcionamento da Escola Experimental do CRPE-Recife.

4 - Segundo o Relatório da Diretoria da Escola Experimental, de dezembro de 1964, a escola atendia 165 crianças do 1º ao 5º ano do ensino primário. A idade das crianças era de 6 a 14 anos e estas eram oriundas da "classe baixa", moradora das redondezas da região de Apipucos, onde fora construída a escola (Centro..., 1964).

5 - Infelizmente, na documentação consultada até o momento não foi possível encontrar mais detalhes sobre a referida aula. Ressaltamos, no entanto, que a documentação relativa ao CRPE-RE é extensa e, em boa parte, se encontra conservada em microfílmes os quais, pelo menos em parte, foram migrados para bases digitais e que podem subsidiar pesquisas mais aprofundadas sobre o assunto.

6 - Talvez aqui devêssemos lembrar, não por acaso, a matéria em que, em 2016, num contexto de intensa misoginia contra a então Presidente Dilma Rousseff, a revista Veja chamava Marcela Temer, a esposa do Vice-Presidente da República, Michel Temer, de "Bela, Recatada e do Lar" – (<https://veja.abril.com.br/brasil/marcela-temer-bela-recatada-e-do-lar>). Episódios tão distantes, mas interligados pela mesma concepção autoritária e conservadora sobre o lugar das mulheres no mundo social.

7 - Um ano antes, ao tomar posse como Presidente Interventor no Centro de Cultura Popular do Recife, no lugar de Miguel Newton, Carlos F. Maciel afirmou, segundo o Diário de Pernambuco, que ali “se destilava o álcool ideológico, o veneno ideológico que vinha empestando a atmosfera que respiramos”. A manchete que chama atenção para a matéria não poderia, a este respeito, ser mais elucidativa: “Professor Carlos Maciel assumiu uma ‘Fortaleza Destroçada’: MCP”.

---

## REFERÊNCIAS

BARRETO, R. A. D. N.; LIMA, G. C.; OLIVEIRA, G. R. V. Mulher, educação e participação política: O caso pernambucano (1947-2022). **Revista Interterritórios**, v.10, n.19, p 1-20, 2024.

CENTRO Regional de Pesquisa Educacionais do Recife – CRPE/Recife. **Relatório das atividades realizadas na Escola Experimental do Centro Regional de Pesquisas Educacionais do Recife no ano de 1964**. Recife: CRPE, 1964.

CERTEAU, M. de. **A Escrita da História**. 3. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2011.

FARIA FILHO, L. M. Educação das (in)sensibilidades: histórias e memórias da ditadura no Brasil. **Revista Brasileira de Educação Básica**. Ano 9, n.30, 1-5, 2024.

FREYRE, G. As crianças como mestres de civismo. In: Centro... **O significado educativo do 31 de março**. Recife: CRPE-Recife, p. 5-7, 1965.

MACIEL, C. F. O significado educativo do 31 de março. In: Centro... **O significado educativo do 31 de março**. Recife: CRPE-Recife, p.11-25, 1965.

OLIVEIRA, A. C. D. C. **Estudos sociológicos sobre infância no Brasil**: crianças sem gênero? Tese (Doutorado em Sociologia Política) – UFSC. Florianópolis, 2011.

ORLANDI, E. P. **Análise de Discurso**: princípios & procedimentos. 8. ed. Campinas: Pontes, 2009.

PALLARES-BURKE, M. L.; BURKE, P. **Repensando os trópicos**: retrato intelectuais de Gilberto Freyre. São Paulo: Ed. UNESP, 2008.

SOUZA, K. F. Beltrão de. Educação e Região. Práticas anisianas e freyreanas fazem a educação do Recife/PE (1957-1964). **Tese** (Doutorado em Educação) – UFPE, Programa de Pós Graduação em Educação, 2013.

VERAS, D. B. V. PALÁCIOS CARIADOS: a elite universitária e a ditadura militar – o caso da Universidade Federal de Pernambuco (1964 – 1975). **Tese** (Doutorado em História) – UFPE, Programa de Pós Graduação em História, 2018.



FILHO, L. M. de F.; BARRETO, R. A. D. N.

WEBER, S. Conflito de classes e educação em Pernambuco. Relatório de Pesquisa datado de agosto de 1982. **Dados – Revista de Ciências Sociais**. v. 27, n. 2, p. 233-262, 1984.

XAVIER, L. N. **O Brasil como laboratório**: educação e ciências sociais no projeto dos Centros Brasileiros de Pesquisas Educacionais – CBPE/INEP/MEC (1950-1960). Bragança Paulista: CDAPH-IFAN, 1999.

---

LUCIANO MENDES DE FARIA FILHO. Bolsista Produtividade 1-A CNPq. Doutor em Educação (USP). Professor do Departamento de Ciências Aplicadas à Educação (DECAE) da Faculdade de Educação da UFMG. Membro do Grupo de Estudos e Pesquisa Interdisciplinar em Formação Humana, Representações e Identidades – *GEPiFHR/CE-UFPE*.

Orcid: <http://orcid.org/0000-0002-1023-7138>

E-mail: [lucianomff@uol.com.br](mailto:lucianomff@uol.com.br)

---

RAYLANE ANDREZA DIAS NAVARRO BARRETO. Doutora em Educação (UFRN). Professora do Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGE) e do Mestrado Profissional em Educação Básica (MPEB) da Universidade Federal de Pernambuco. Membro do Grupo de Estudos e Pesquisa Interdisciplinar em Formação Humana, Repres. e Identidades – *GEPiFHR/CE-UFPE*.

Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-5602-8534>

E-mail: [raylane.navarro@ufpe.br](mailto:raylane.navarro@ufpe.br)

---

Este periódico utiliza a licença *Creative Commons Attribution 4.0*, para periódicos de acesso aberto (*Open Archives Initiative - OAI*).